

Muito além do peso: modulações biopolíticas em discursos sobre a obesidade infantil

Much beyond weight: Biopolitics modulations in discourses about childhood obesity

Francisco Vieira da Silva¹

francisco.vieiras@ufersa.edu.br

Universidade Federal Rural do Semi-Árido; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO - Este texto objetiva analisar dizeres que discursivizam a obesidade infantil, com o intento de investigar o funcionamento de estratégias biopolíticas, as quais concebem a obesidade infantil como um mal a ser combatido. Para tanto, o *corpus* é composto por quatro materialidades discursivas que enunciam acerca dessa problemática (uma campanha audiovisual, uma charge, uma reportagem e uma postagem de uma rede social). Do ponto de vista metodológico, o presente estudo situa-se no âmbito de uma pesquisa descritivo-interpretativa, de abordagem qualitativa. Ancoradas na Análise do Discurso, notadamente na perspectiva arqueogenológica de Michel Foucault, as análises apontam que as estratégias biopolíticas corporificam-se em discursos cuja diversidade de posicionamentos fazem funcionar, em maior ou menor grau, mecanismos de controle dos corpos infantis.

Palavras-chave: Discurso, obesidade infantil, biopolítica.

ABSTRACT - This text analyses speeches about childhood obesity in order to investigate the functioning of biopolitical strategies, which conceive childhood obesity as an evil that must be combated. For this, the *corpus* is composed of four discursive materialities about this problematic (an audiovisual campaign, a cartoon, a report and a post of a social network). From the methodological point of view, this is a descriptive-interpretative study, with a qualitative approach. Anchored in the Discourse Analysis, especially in the archeogenological perspective of Michel Foucault, the analysis points out that the biopolitical strategies are embodied in discourses whose positioning diversity influences, to a greater or lesser degree, control mechanisms of the childhood bodies.

Keywords: Discourse, childhood obesity, biopolitic.

Enquanto minhas colegas frequentavam lojas e butikues nas quais se vendiam roupas pra meninas-moças, enquanto elas andavam de shorts minissaias, enquanto se metiam em blusas muito justas que ostentavam as novas formas femininas, eu me contentava em cinzentas lojas de confecções para senhoras, nas quais conseguia vestidos, saídes e camisões, tudo o que merecesse superlativos (Moscovish, 2006, p. 37).

Toda criança tem um superpoder, o de dizer não para a comida que faz mal. Junte-se à Amil nessa luta. Obesidade Infantil Não! (Amil, 2016).

Notas introdutórias

Em dezembro de 2017, uma equipe que integra a Frente Parlamentar Mista de Combate à Obesidade Infante-Juvenil, na Câmara dos Deputados, realizou uma audiência com diversas autoridades e membros da sociedade civil, da qual se originaram uma série de estratégias que visam a estagnar, até 2019, o crescimento vertiginoso da obesidade infantil no Brasil. Tais estratégias vinculam-se

a políticas intersetoriais de saúde e de segurança alimentar e nutricional (O Paraná, 2017). Essa ação institucional faz coro a uma miríade de pesquisas que apontam para o aumento gradual da obesidade entre as crianças. De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma em cada três crianças do Brasil, com idade entre cinco e nove anos, está em situação de sobrepeso, considerando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) (Terra, 2017).

As taxas que apontam para o cenário preocupante da obesidade infantil não estão dissociadas dos dados referentes a outras faixas etárias, uma vez que o Brasil é o quinto país do mundo em relação ao número de pessoas cujo peso destoa dos padrões recomendados pelas organizações de saúde pública e, em muitos casos, encontra-se num quadro elevado de obesidade. Tal fenômeno faz-se presente em outros países. Na América Latina, por exemplo, cerca de 58% da população está com excesso de peso

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Av. Universitária Leto Fernandes, km 01, Sítio Esperança II, Zona Rural, 59870-000, Caraúbas, RN, Brasil.

e 23% encontra-se em situação de obesidade, segundo dados do Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional da OMS. Em relação à população infantil da América Latina, o sobrepeso ou a obesidade em crianças de cinco a onze anos varia de 18,9% a 36,9%. Nesse panorama, a obesidade infantil tem sido compreendida muito mais como um corolário da obesidade recorrente nos adultos que um fato isolado e circunscrito somente para aquela faixa etária. O efeito de verdade desses dados estatísticos, combinados com a abjeção que historicamente se construiu em torno da gordura, acentuam a constatação de que ao sujeito obeso recai o estigma da doença. De acordo com Costa (2015), a condição de doença atribuída à obesidade a transforma num problema de saúde pública, a despeito de a da gordura e os modos de perdê-la ou de adquiri-la serem considerados uma questão de cunho individual.

No caso da obesidade infantil, vislumbramos o aparecimento de uma série de discursos que apontam para a necessidade de compreender tal questão sob um ponto de vista multifuncional (Cavalcante, 2007), dado que engloba o caráter nutricional da alimentação infantil, os problemas de saúde provenientes desse quadro, cujos desdobramentos sinalizam para o índice de crianças com hipertensão, diabetes e outras patologias estreitamente relacionadas ao acúmulo de gordura (Miranda e Navarro, 2016); o governo das crianças em relação aos hábitos dietéticos, ou seja, ao consumo de alimentos cujo teor de gordura é elevado (Cunha *et al.*, 2015); a responsabilidade dos pais no tocante à reeducação alimentar dos filhos e ao incentivo à prática de exercícios físicos; a preocupação que incide sobre a obesidade infantil como uma projeção iminente de uma sociedade com o peso além do recomendável no futuro (Yoshino, 2010); as inúmeras campanhas e ações de combate à obesidade infantil veiculadas na mídia e postas em prática em instituições escolares, considerados espaços privilegiados (Guaita, 2009) para o exercício de uma pedagogia *fitness* no governo dos corpos infantis (César e Duarte, 2009), dentre outros tantos discursos que aqui poderiam ser arrolados, os quais apontam como a questão da obesidade infantil se configura numa preocupação específica do momento presente e para a qual uma diversidade de estratégias de saber-poder tem sido mobilizada, a exemplo da ação da Frente Parlamentar Mista de Combate à Obesidade Infância-Juvenil de que falamos há pouco.

Ademais, outras medidas legais e educativas adotadas pelo Estado brasileiro inserem-se nessa mesma tendência, tais como reduzir em 30% o consumo de refrigerantes e suco artificial, bem como aumentar em 17,8% o consumo de frutas e hortaliças. De modo análogo, em agosto de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou um projeto de lei, de autoria do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), que proíbe a venda de refrigerantes em escolas da educação básica, sejam públicas ou privadas. Na Paraíba, uma lei estadual, sancionada em 2015 (Lei nº 10.431), impede a comer-

cialização desse tipo de bebida nos estabelecimentos de ensino do estado. Tais ações, em espiral, tentam frear o crescimento da obesidade e das ocorrências de crianças com sobrepeso, conforme os saberes do aparato médico-jurídico que normalizam o corpo infantil.

Tomando essas questões como ponto de ancoragem, a discussão aqui suscitada incide sobre as teorizações acerca do biopoder e da biopolítica, conforme propugnadas por Foucault (2005, 2007), nos anos de 1970, e, mais tarde, revisitadas por autores como Hardt e Negri (2002) e Agamben (2002). De acordo com Foucault (2005), o biopoder se constitui no interior de teorias do direito e da política, em meados dos séculos XVII e XVIII, como uma tecnologia de poder que incide sobre a estatização do corpo populacional, sobre a vida dos sujeitos. Trata-se, antes, de uma mutação do poder soberano, o qual se voltava para o “fazer morrer e deixar viver”. Já o biopoder recai sobre o “fazer viver e deixar morrer”, de modo a se preocupar com os índices de reprodução, natalidade, mortalidade e longevidade, com a expectativa de vida, com o governo da população no tocante à saúde, ao bem-estar e à sexualidade. Se o biopoder representa essa tecnologia de poder que volve o foco para a gestão da vida, a biopolítica consiste num conjunto de estratégias racionalizadas de administração do corpo populacional, de políticas públicas voltadas para o homem como um ser vivente, pertencente a uma espécie biológica.

Desse modo, gostaríamos de pensar os discursos em torno da obesidade infantil enquanto componentes da intrincada rede de saber-poder que faz funcionar as estratégias biopolíticas da atualidade. Esses discursos, consoante destacaremos adiante, recobrem um interesse consistente sobre o cuidado da saúde das crianças em situação de sobrepeso, sobre o *modus operandi* por meio do qual os pais e os responsáveis devem intervir e governar essa parcela da população.

Tomando tais reflexões como suporte, nosso propósito neste texto consiste em analisar dizeres que discursivizam a obesidade infantil, com o intuito de investigar o funcionamento de estratégias biopolíticas, as quais tomam a obesidade infantil como um mal a ser erradicado a partir de esforços provenientes de diversas frentes: das próprias crianças, através de uma reeducação alimentar; dos pais, que precisam orientá-las quanto ao aumento de peso e os modos de atenuar e de evitar a obesidade; da sociedade em geral, dado que a obesidade se configura, consoante nos lembra Vigarello (2012), como um problema de saúde pública. Consideramos a emergência dos discursos sobre a obesidade infantil a partir de condições de possibilidades do momento presente, o qual se encontra marcado por estratégias de saber-poder que dedicam atenção à saúde e ao bem-estar, de maneira a normalizar e a disciplinar a população. O corpo obeso, nesse sentido, delinea-se num contraponto ao que se compreende um corpo desejável e integrado à ordem do discurso (Foucault, 2009) em voga.

Para tanto, analisaremos quatro materialidades que discursivizam o objeto de estudo em questão, quais sejam: (i) um vídeo da campanha Obesidade Infantil Não, organizada pela Amil, uma empresa brasileira de assistência médica; (ii) uma charge produzida por Luís Fernando Cazo, a qual discursiviza a questão da obesidade entre as crianças; (iii) uma reportagem publicada no Portal Uai, intitulada “Obesidade infantil pode surgir do mau exemplo dos pais para os filhos”; (iv) duas postagens da página *Meu pratinho saudável*, no *Facebook*. Na seleção desse *corpus*, seguimos os seguintes critérios: (i) as materialidades deveriam estar disponíveis na *web*, de modo a facilitar o acesso; (ii) deveriam ter sido publicadas nos últimos três anos; (iii) o *corpus* selecionado necessitaria contemplar uma diversidade de posicionamentos discursivos, provenientes das vozes que enunciam no vídeo das campanhas, na charge, na reportagem e na postagem. Do ponto de vista metodológico, essa pesquisa segue um viés descritivo-interpretativo, cuja abordagem é essencialmente qualitativa.

Para subsidiar as análises, partimos da perspectiva da Análise do Discurso, a partir dos pressupostos teóricos de Michel Foucault, notadamente através das reflexões desenvolvidas por esse autor em torno do discurso, do enunciado, do saber, do poder, e, de modo mais verticalizado, do biopoder e das biopolíticas. Ao se autoproclamar como um diagnosticador do presente, o filósofo francês oportuniza um arsenal teórico-metodológico para pensarmos as práticas discursivas cotidianas e a constituição do sujeito por meio das estratégias de saber-poder específicas do momento atual.

No que se refere à organização deste texto, convém frisar que, além destes comentários de cunho introdutório, o artigo encontra-se estruturado nos seguintes moldes: na seção a seguir, temos como propósito refletir teoricamente acerca das principais noções do pensamento foucaultiano que serão mobilizadas na seção seguinte, a exemplo da noção de discurso, de enunciado e de formação discursiva, além das elucubrações do referido autor a respeito do biopoder e das biopolíticas. No tópico seguinte, procedemos com as análises do *corpus* selecionado e, na última seção, visamos tecer algumas considerações com pretensões conclusivas.

Do discurso à biopolítica: um passeio foucaultiano

O método arqueológico de Foucault (2010a) preocupa-se em escavar as práticas que fazem emergir determinados saberes num tempo e num espaço específico. Pensando a questão das condições históricas dos discursos, a arqueologia constitui o exame das condições históricas dos enunciados a partir de sua irrupção, funcionamento e permanência. Para tanto, a análise arqueológica precisa incidir sobre os enunciados efetivamente ditos ou escritos

no âmbito de sua singularidade e sua dispersão. Noutros termos, Foucault (2010a) defende que a arqueologia precisa escavar as condições de emergência que asseguraram o aparecimento de um dado enunciado e não outro em seu lugar. Nas palavras do autor: “[...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa no meio de outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (Foucault, 2010a, p. 31).

Nessa lógica, o autor supracitado compreende o enunciado como “o átomo do discurso”, a unidade nuclear de análise, a função de existência dos signos. Foucault (2010a) ainda define o enunciado como um acontecimento único, mas que se abre à repetição, à transformação e à reativação. Para Foucault (2010a, p. 31-32): “o enunciado está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem”. No caso do nosso objeto de estudo, importa-nos refletir não apenas sobre as condições que produzem o surgimento de enunciados sobre a obesidade infantil, mas também se faz preciso investigar os vários dizeres acerca dessa questão, os quais, numa posteridade ou numa posição anterior, também discursivizam uma preocupação em relação ao peso das crianças.

Ao compreender o enunciado como uma função, Foucault (2010a) estabelece condições fundamentais por meio das quais se pode fazer a descrição dessa função. São elas: (i) possuir um referencial – aquilo que define as possibilidades de aparecimento e de delimitação que dá ao enunciado a estabilidade referencial dos elementos do saber; (ii) apresentar uma posição de sujeito – o que significa analisar não as relações entre o autor e o que ele disse, mas determinar qual a posição em que todo indivíduo pode e deve ocupar para ser seu sujeito; (iii) coexistir em um campo associado – uma sequência linguística só pode ser considerada um enunciado se ela estiver inscrita num campo enunciativo no qual ela aparece, como um elemento singular. Sobre essa propriedade da função enunciativa, Navarro (2012, p. 131) enfatiza que “a consideração de que os enunciados pertencem a uma rede de outros enunciados leva o analista a considerar que, nos processos discursivos, pode haver a inscrição da memória histórica, social ou mítica de uma sociedade [...]”; Por fim, temos a última propriedade da função enunciativa que é: (iv) ter uma existência material – o enunciado precisa apresentar-se sob o suporte, uma data uma substância, de modo a dar condição de existência do enunciado e possibilitar a sua repetição.

Na perspectiva da arqueologia foucaultiana, o discurso constitui uma prática que constrói os objetos de que fala e engloba um conjunto de enunciados que provêm de uma mesma formação discursiva. Esse viés teórico, segundo frisa Courtine (2009), permite pensar o discurso na unidade e na diversidade, na repetição e na

variação. A formação discursiva, por sua vez, é compreendida como uma série de regularidades que podem ser capturadas num regime de dispersão. Para conceituar a formação discursiva, Foucault (2010a) o faz através da descrição das unidades do discurso sob a forma de quatro elementos, a saber: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. A regularidade do discurso pode ser rastreada a partir da descrição dessas unidades. Para nosso objeto de estudo, ocupar-nos-emos da formação dos objetos, das modalidades enunciativas e dos conceitos.

No tocante à formação dos objetos, Foucault (2010a) se propõe a cartografar o regime de existência de um dado objeto de discurso, o sistema por meio do qual os objetos de discurso puderam se justapor e se suceder para formar um campo discursivo. Para tanto, o autor delimita três procedimentos metodológicos para a descrição da formação dos objetos, quais sejam: (i) superfícies de emergência – mostrar onde os objetos podem surgir, para que possam ser designados, descritíveis e analisáveis; (ii) instâncias de delimitação – a instância que designa, nomeia e instaura um dado objeto de discurso; (iii) grades de especificação – sistemas que permitem a separação, a oposição, a classificação e o reagrupamento de objetos de discurso. Nesse sentido, Foucault (2010a) estuda as diferentes “loucuras” como objetos do discurso psiquiátrico no século XIX, mediante grades de diferenciação como a alma, o corpo, a vida e a história dos indivíduos. Por meio dessas grades, o autor pode traçar um painel significativo da heterogeneidade do objeto loucura no saber da psiquiatria no tempo histórico considerado.

No que concerne à formação das modalidades enunciativas, Foucault (2010a) sublinha três questões: (i) sobre o estatuto do sujeito que fala – o foco reside sobre o *status* dos indivíduos que possuem o direito regulamentar, tradicional ou jurídico de proferir determinado discurso; (ii) sobre os lugares institucionais – por meio dos quais o sujeito encontra subsídio para legitimar o seu dizer. Nesse aspecto, Foucault (2010a) detém-se de maneira mais arguta sobre os lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso e descreve que a fala médica liga-se a lugares como o hospital, local de observação constante e sistemática; o espaço privado, que oferta um domínio de informações mais aleatórias e lacunares sobre as enfermidades; o laboratório, lugar no qual se firmam determinadas verdades sobre o corpo humano e as doenças, e a biblioteca ou campo documentário, espaço no qual se concentra toda sorte de registros, de pesquisas, de relatórios, de prontuários e de obras fundamentais da área. Por fim, temos a questão (iii) sobre as posições de sujeito – determinante para a produção discursiva; o sujeito enunciativo pode variar a sua posição, a partir dos

diversos estatutos que ocupa e dos variados lugares de onde pode ancorar seus discursos.

Em relação à formação dos conceitos, convém destacar que as reflexões foucaultianas recobrem a abordagem das formas de sucessão dos enunciados, as quais envolvem a disposição das séries enunciativas – a partir dos esquemas, generalizações e das especificações que caracterizam a função enunciativa – e os diversos tipos de correlação dos enunciados. A formação dos conceitos abarca ainda as formas de coexistência dos enunciados que, por sua vez, compreendem: (i) um campo de presença – ou seja, “todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados num discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio negado ou de pressuposto necessário” (Foucault, 2010a, p. 63); (ii) um campo de concomitância – formado pelos enunciados que pertencem a domínios inteiramente diversos, mas podem se aglutinar aos enunciados estudados, seja para propor uma analogia ou confrontar um determinado posicionamento; (iii) um domínio de memória – enunciados que são retomados, com vistas a traçar uma gênese, uma filiação, uma continuidade e descontinuidade histórica.

As reflexões expressas nos parágrafos antecedentes enxertam-se na fase dos estudos de Foucault denominada de arqueológica, na qual o autor estudou os saberes que tomam os seres humanos como objetos de estudo. Na fase posterior, denominada de genealógica, o autor debruçou-se sobre as estratégias de poder que, na sociedade ocidental, incidem sobre a construção do sujeito, por meio da norma, da disciplina, da governamentalidade e do biopoder². A articulação entre esses dois momentos da obra foucaultiana permite-nos falar de um olhar arqueogenealógico de análise, a partir do qual podemos ponderar a respeito do funcionamento dos saberes intrínsecos à produção dos discursos e a coexistência com as tecnologias de poder.

A discussão sobre biopoder e biopolítica em Michel Foucault faz-se presente em obras publicadas nos anos de 1970, a exemplo de *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade* (v. 1), bem como nos livros originários dos cursos ministrados pelo filósofo no Collège de France ou em conferências e entrevistas proferidas por Foucault em diversas instituições pelas quais passou em sua frutífera trajetória intelectual. Para Gadelha (2009), a biopolítica não se reduz somente a um tema, mas implica um problema, ou melhor, uma posição em torno de um problema, englobando lógicas e estratégias *sui generis*.

As teorizações acerca do biopoder e da biopolítica, consoante antecipamos na introdução deste texto, estão relacionadas a uma modificação nas artes de governar do poder absolutista, na medida em que, ao tomar como foco a vida e a segurança do corpo populacional, tem-se uma mutação nas estratégias de poder que não mais centram as

² Para uma discussão mais aprofundada acerca dos momentos da obra de Foucault, cf. Revel (2005), Castro (2009) e Diaz (2012).

atenções sobre os limites territoriais, mas sobre o componente humano que os habita. Segundo Foucault (2008a), há uma passagem, no âmbito das teorias do governo e do Estado, de um governo das coisas, nas artes de governar da época do absolutismo, para um governo dos homens, a partir do surgimento do conceito de população, na ciência política de meados do século XVIII. Para Foucault (2008a), essas transformações ilustram a transição de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime marcado pelas técnicas de governo. Essas técnicas fundam-se no modelo de Estado moderno que prevê certa dependência da população em relação ao aparato governamental (Duarte, 2014).

Para tanto, Foucault (2008a) defende que um fenômeno nuclear nas sociedades industriais foi a tomada de poder sobre o homem enquanto um ser vivo. Os estados da era industrial investiram fortemente em biopolíticas de regulação, planejamento e controle da população. Conforme a leitura de Sibilia (2002), esse feixe de estratégias estatais veio a calhar num momento histórico prioritariamente assinalado pelo disciplinamento dos corpos individuais a partir de tecnologias de confinamento e de vigilância em instituições como prisões, escolas, hospitais e fábricas. Essas tecnologias visavam ao “aumento da força útil dos corpos individuais por meio do treinamento minuciosamente organizado, da docilização dos corpos e da domesticação das almas” (Sibilia, 2002, p. 159).

De maneira esquemática, erigem-se dois conjuntos de técnicas de poder. Por um lado, emerge a disciplina, dirigida para o homem-corpo, no interior de uma anatomia de poder que visa a treinar os corpos individuais para as demandas da sociedade industrial e capitalista. Por outro, figura a biopolítica, cujo foco recobre o homem-espécie, através da regulação e normalização do corpo populacional. De acordo com Foucault (2008a), tem-se a constituição de um governo que se propõe a administrar o homem, por meio de dados que indicam os índices de natalidade, de mortalidade, de longevidade, as possibilidades de epidemia, a prevenção de doenças; enfim, os efeitos econômicos específicos da população. Nas palavras de Foucault (2008b, p. 422): “[...] a regulação do exercício de poder não me parece ser feito segundo a sabedoria, mas segundo os cálculos, os cálculos das coisas, cálculos das relações, cálculos das riquezas, cálculos dos fatores de poder”.

Ao estudar o surgimento da medicina social, Foucault (2008a, p. 80) assevera que “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista”. Sob esse argumento, Foucault (2008a) assinala que o corpo é uma realidade biopolítica e a medicina, por seu turno, constitui uma estratégia biopolítica. Para corroborar tal hipótese, o autor faz um apanhado genealógico com o intento de mostrar de que modo, na formação da medicina social, essa questão da socialização se efetivou. Para isso, Foucault (2008a)

reconstitui três etapas de formação da medicina social, a saber: a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho.

A medicina de Estado consolida-se na Alemanha no alvorecer do século XVIII. O foco desse tipo de medicina é a força, não do trabalho, mas a força estatal, com vistas à condução dos conflitos econômicos e políticos, especialmente com os Estados vizinhos. Areladas à filosofia mercantilista, que, para além de uma teoria econômica, propugnava majorar a quantidade da população ativa, diversas nações européias preocuparam-se com o estado de saúde de sua população (Foucault, 2008a). No caso da Alemanha, essa preocupação desencadeia uma política de saúde bastante específica, porquanto gera uma normalização da prática e do saber médicos, por meio da criação de atividades administrativas voltadas ao controle da atividade médica e da integração de vários médicos a uma organização estatal. Essa medicina de Estado, de acordo com Foucault (2008a), não se aplica à formação de uma força de trabalho em consonância com as aspirações da indústria, mas, sim, ao corpo do indivíduo como constituinte de uma massa estatal. Uma segunda fase de formação da medicina social recobre a chamada medicina urbana levada a cabo pelos franceses. Em conformidade com as preocupações sanitaristas e higiênicas que acompanham o crescimento vertiginoso das cidades em meados do século XVIII, a medicina urbana visava ao controle dos espaços da urbe, de modo a regular as regiões de aglomeração, de amontoado, donde se imaginava que poderia intensificar epidemias e endemias. A partir de saberes provenientes da química, esse tipo de medicina se propunha a controlar a circulação. Para Foucault (2008a), não se tratava da circulação de indivíduos, senão de coisas ou de elementos, como a água e o ar, os quais, segundo a concepção da medicina urbana, estariam estreitamente ligados ao surgimento e proliferação de doenças.

Uma terceira direção da medicina social emerge na Inglaterra, no século XIX, e tem como o foco os excluídos economicamente, a força de trabalho personificada na figura dos operários num país em que o desenvolvimento industrial floresceu de modo mais robusto. Essa política articula-se ao aparecimento de estratégias de cunho assistenciais direcionadas à população carente. O sistema medicinal inglês, conforme Foucault (2008a, p. 97), possibilitou ligar três aspectos: “a assistência médica ao pobre, controle de saúde da força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública, permitindo às classes mais ricas se protegerem de perigos gerais”. Essa genealogia aventada por Foucault (2008a) confirma o seu argumento inicial de que a medicina constitui uma estratégia biopolítica que, ao longo de sucessivos modelos, toma a população como o alvo. Para o autor: “esta [a biopolítica] tende a tratar a população como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam

características biológicas e patológicas específicas” (Foucault, 2008c, p. 494).

Hardt e Negri (2002) reconhecem na obra de Foucault reflexões que delineiam a transição das formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Nessa lógica, se na sociedade disciplinar o poder se manifesta com feições prescritivas de normas e de comportamento, nos alvares do capitalismo, a sociedade de controle, por sua vez, tornou mais fluida a atuação dos mecanismos de poder. Ainda que os aparelhamentos disciplinares estejam presentes, na sociedade de controle ocorreu um refinamento das tecnologias de poder, por meio da criação de redes flexíveis e flutuantes, do monitoramento digital, da intensificação do consumo e do *marketing*, das inovações tecnocientíficas. Tal mutação concorre para que haja a reordenação do funcionamento das biopolíticas. Acerca disso, Hardt e Negri (2002) destacam que, na sociedade disciplinar, a relação entre o poder e os sujeitos estava circunscrita ao domínio do confinamento institucional, ao passo que, na sociedade de controle, “o poder se torna inteiramente biopolítico, todo o corpo social é abarcado pela máquina do poder e desenvolvido em suas virtualidades” (Hardt e Negri, 2002, p. 43).

O modelo da empresa, de acordo com Deleuze (2006) substitui gradativamente a tônica das instituições disciplinares e suas ambições disciplinadoras. A empresa interfere tanto no nível macro de atuação das biopolíticas, como no âmbito estrito de produção das subjetividades. De acordo com Sibilia (2002), na dinâmica contemporânea do biopoder, as empresas assumem uma posição seminal antes ocupada por instituições públicas, de maneira a interperlar os corpos e as subjetividades com a linguagem flexível do mercado e da publicidade. Já no tocante à produção de subjetividade, o modelo da empresa influi sensivelmente na constituição de sujeitos que devem ser gerenciadores de si, aptos a cuidar de suas vidas, com as mesmas técnicas que assinalam o funcionamento do mercado empresarial. Consoante demonstraremos adiante, esse modelo da empresa perpassa a atuação de mecanismos biopolíticos no combate à obesidade infantil, dado que cabe à criança e aos pais, por exemplo, o gerenciamento e o controle dos corpos infantis, tendo como base os interesses do mercado – corporificado por meio de empresas de assistência médica, de organizações não-governamentais e da mídia, instituições aparentemente incompatíveis com a lógica da sociedade disciplinar.

Já Agamben (2002) analisa as articulações entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder. Para tanto, o autor busca estudar a relação entre política e vida no âmbito de estratégias de exclusão que caracterizam as chamadas “vidas nuas”. Agamben (2002) volta-se para as aparentes contradições que demarcam a atuação das biopolíticas, pois, se por um lado, o governo se preocupa com a preservação da vida de dada parcela

populacional; por outro, intensificam-se técnicas que buscam eliminar as vidas que não importam. Nas palavras de Agamben (2002, p. 19, destaques do autor): “[...] ‘o belo dia’ da vida só poderá obter cidadania política através do sangue e da morte ou na perfeita insensatez a que a condena na sociedade do espetáculo”.

Entendemos, portanto, que a gestão da vida tornou-se uma questão nuclear no exercício do poder governamental, em suas diferentes ramificações. Conforme destaca Pelbart (2009), a vida tornou-se um capital, talvez o capital por excelência, do qual as diferentes políticas podem dispor. As reflexões suscitadas por Foucault acerca do biopoder e das biopolíticas, as quais, posteriormente foram amplificadas através de outros autores, conforme explicitamos aqui, mostram-se pertinentes ao debate em torno da produção dos dispositivos de saber-poder e da constituição dos discursos que constroem o sujeito da atualidade. Isso ocorre porque, de acordo com Duarte (2008), as investigações de Foucault possibilitam a formação de conceitos que instigam a formulação de novos problemas e campos de investigação.

A biopolítica nos discursos sobre a obesidade infantil

De acordo com o que afirmamos na introdução deste texto, o *corpus* do estudo compõem-se das seguintes materialidades: (i) um vídeo da campanha Obesidade Infantil Não, organizada pela Amil, uma empresa brasileira de assistência médica; (ii) uma charge produzida por Luís Fernando Cazo a qual discursiviza a questão da obesidade em crianças; (iii) uma notícia publicada no Portal Uai, intitulada Obesidade infantil pode surgir do mau exemplo dos pais para os filhos; (iv) materialidades da página *Meu pratinho saudável*, no Facebook.

Começamos a análise por um dos vídeos da campanha *Obesidade Infantil não*, a qual foi elaborada pela empresa de assistência médica Amil. Trata-se de um vídeo de pouco mais de trinta segundos e que se encontra disponível no *YouTube*. Convém, antes da análise, enfatizar que essa empresa também criou, paralelamente às campanhas de combate à obesidade infantil, uma premiação que se propôs a reconhecer as principais iniciativas e projetos de prevenção à obesidade infantil no país. Desse modo, a campanha enxerta-se no âmbito de ações da referida empresa, as quais estão matizadas pelo discurso da responsabilidade social (Oliveira, 2012), uma vez que as estratégias de conscientização da obesidade entre as crianças assentam-se na busca por uma imagem positiva para a empresa, à promessa de atrair a simpatia da opinião pública (Oliveira, 2012). No vídeo da campanha *Obesidade Infantil Não*, algumas crianças são instadas a falarem diante da câmera determinados dizeres sobre o modo como convencem os pais a consumirem alimentos considerados insalubres à saúde, bem como são porta-vozes de um dis-

curso que faz funcionar certas modulações biopolíticas, como podemos observar nos excertos a seguir dispostos³.

Excerto 1:

Voz das crianças: Eu vou dizer que te odeio! Eu vou chorar! Eu vou gritar! Eu vou dizer que você me trata mal! Eu vou fazer você passar vergonha!

Legenda que aparece na tela: Eles fazem qualquer coisa para comer o que querem

Voz das crianças: Mas é que eu não entendo o que é diabetes... Eu não sei o que é hipertensão! Então, papai, quando eu chorar só porque eu quero comer besteira... Resista! Diga não! Não, papai!

Voz da locutora em off: A Amil sabe o quanto é difícil combater a obesidade infantil! Resista! Diga não! (Amil, 2016).

No vídeo, flagramos uma diversidade de posições de sujeito na construção da obesidade infantil como um objeto de discurso. Assim, podemos notar uma posição que se configura, num campo associado, como ameaças confessas que as crianças fazem para persuadir os pais a comerem aquilo que desejam, tais como fazer birra, chantagens emocionais, escândalos em público e outras estratégias que põem em xeque a chamada autoridade dos pais e testam os limites a serem impostos em relação aos filhos. O uso da forma analítica do futuro do indicativo (“vou dizer”, “vou gritar”, “vou fazer”, “vou chorar”) reitera o caráter iminente da intimidação e reforça o grau de certeza da ação futura. Se pensarmos na associação bastante estreita entre o consumo de alimentos considerados pouco saudáveis, os quais, em sua maioria, são objeto de desejo das crianças, tais como doces, guloseimas e refrigerantes, e a predisposição à obesidade, compreendemos que as estratégias utilizadas pelas crianças para obterem tais alimentos (“Eles fazem qualquer coisa para comer o que querem”) baseiam-se simplesmente em ações que buscam atingir o componente emocional dos pais. Isso faz com que os pais sejam os responsáveis pelo quadro de sobrepeso e obesidade que os filhos venham a adquirir. É seguindo essa assertiva que se organiza o segundo momento em que as crianças falam no vídeo da campanha da Amil.

Noutras palavras, ao apontar as consequências danosas para a saúde advindas da obesidade infantil (“hipertensão”, “diabetes”), a partir de um dizer que reforça uma dada inocência do ser criança frente aos perigos que repousam nos alimentos que lhe interessam, ordena-se uma posição de sujeito que fala do lugar do esclarecimento, cujo discurso é endereçado aos pais (“Resista!”, “Diga não!”), a fim de que estes não se rendam



Figura 1. Charge de Luiz Fernando Cazo.

Figure 1. Cartoon of de Luiz Fernando Cazo.

às teimosias infantis, dado que convém sacrificá-las em prol do bem-estar e da saúde da criança. Por fim, temos a posição que enuncia em nome da Amil, de modo a reconhecer os esforços que a empresa tem efetivado no combate à obesidade infantil, construindo, assim, uma imagem comprometida e engajada da marca em torno dessa problemática. Nessa dispersão de posições de sujeito, a obesidade infantil é configurada, na existência material do vídeo, como um mal a ser mitigado, partindo especialmente da necessidade de os pais adotarem uma postura mais inflexível ante as variadas coações levadas a cabo pelas crianças na consecução de suas veleidades alimentícias. Em síntese, a obesidade infantil, no material analisado, é construída como um objeto de discurso a partir de uma grade de especificação que o insere no âmbito da prevenção – característica recorrente nas demais materialidades – conforme demonstraremos posteriormente.

É possível entrever uma preocupação de cunho biopolítico, na medida em que a mudança de postura dos pais em relação à alimentação das crianças constitui uma estratégia que visa a tornar a criança saudável do ponto de vista nutricional, de maneira a evitar o consumo de alimentos que possibilitem o aparecimento da obesidade. A gestão da saúde alimentar entra no âmbito de uma tecnologia de poder voltada para a seguridade das crianças, compreendidas enquanto agentes que irão garantir uma sociedade mais sadia no futuro, o que reduzirá, por parte do governo, os custos com saúde pública. Trata-se de uma tecnologia de governmentação que incide de maneira prospectiva sobre os corpos das crianças, com vistas a controlá-los e torná-los aptos para a lógica biopolítica do mercado e da sociedade atual. Donde resulta o papel

³ Mesmo cientes de que o enunciado comporta uma variedade de semioses, nosso olhar não recobre os aspectos relacionados à questão do audiovisual. Por uma opção metodológica, centramos-nos somente nas falas das crianças e nas legendas que aparecem no vídeo.

seminal dos pais, no sentido de introjetar nas crianças a difusão de um estilo de vida que lhes permita distanciar-se da obesidade, tornando-as empreendedoras de si mesmas (Foucault, 2008b).

A segunda materialidade em estudo permite-nos radiografar determinadas táticas de saber-poder que emolduraram a produção dos discursos acerca da obesidade infantil. Vejamos a charge da Figura 1.

Há pelo menos duas vozes que podem ser realçados no enunciado chargístico antes delineado. Uma voz que, sob a materialidade repetível de um enunciado jornalístico, discursiviza a respeito da obesidade infantil e que funciona como uma espécie de legenda para a charge e outra que recobre o diálogo entre os dois garotos na cena representada. Essas duas posições coadunam-se na produção de um dizer acerca da criança obesa, situando-se no cerne de uma preocupação, de um quadro que requer cuidados preventivos e demanda um olhar mais atento. Pela via do humor, a fala dos garotos elucidada, num campo associado, a proibição da brincadeira por parte da criança, como uma forma de castigo ou de punição para algo que ela fez de errado (“Não posso. Tô de castigo”). No caso em tela, a referência às notas obtidas em disciplinas escolares, ao mesmo tempo em que aponta para a função da escola como uma instituição disciplinar (Foucault, 1999), revela os efeitos que podem advir de um mau aproveitamento da avaliação escolar matizada pelo aspecto quantitativo das notas, os quais podem ocasionar sanções e medidas corretivas que poderiam impedir a criança de brincar. O efeito de sentido imprevisto do “exame de colesterol” ressignifica, nos domínios da charge, a conexão existente entre a subjetividade da criança e as relações de poder que lhe são impingidas.

Noutras palavras, cabe à criança obesa sofrer determinadas sanções, a fim de que possa mudar atitudes e comportamentos que lhe permitam aceder a outro estatuto na relação com o corpo, pela via de micropoderes disciplinares que investem sobre o invólucro corporal. A charge discursiviza essa sanção através da impossibilidade de um dos garotos de jogar *videogame*. De acordo com César e Duarte (2009), a criança obesa tem sido classificada, a partir de diversos saberes médicos e nutricionais, como a nova anomalia. Sendo compreendida como sujeitos débeis e incapazes de mudar sua forma física, é possível que seja o objeto predileto da medicalização que atualmente se volta de maneira tão arguta sobre a chamada criança hiperativa. Trata-se, nos termos de César e Duarte (2009), de alvos legítimos da repulsa moral e do ostracismo social. Na charge, essa questão mostra-se profícua, na medida em que a criança é penalizada pela anormalidade que apresenta no cerne de uma numeração que classifica e seleciona os sujeitos através de taxas, níveis e medidas. De acordo com Foucault (2001, p. 62), a norma “está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo”.

Esse controle exercido sobre o corpo da criança alinha-se à lógica biopolítica, pois denota um interesse em torno da preservação da vida infantil por meio de um discurso de alerta (“Obesidade infantil preocupa”) e por intermédio de uma sanção que busca normalizar a criança obesa. Tal sanção, conforme se pode supor, deriva das relações de poder existentes entre pais e filhos. Com efeito, a ênfase no papel a ser desempenhado pelos pais no governo das crianças no tocante à questão da obesidade constitui uma regularidade, consoante podemos observar na materialidade a seguir.

Obesidade infantil pode surgir do mau exemplo dos pais para os filhos

Estudo feito em seis países mostra que os hábitos e a genética da família podem influenciar em até 60% do índice de massa corporal de uma criança. Segundo especialistas, as atitudes do dia a dia são as principais responsáveis pelo ganho de peso.

Em um mundo cada vez mais pesado, as crianças estão herdando dos pais um triste legado: a obesidade. Estudos recentes evidenciam o papel crucial da família nesse fenômeno crescente, estimado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 42 milhões de casos — e isso considerando apenas a faixa etária até os 5 anos. Uma nova pesquisa da Universidade de Sussex, na Inglaterra, mostrou que, no geral, 20% da composição do índice de massa corporal (IMC) de meninas e meninos vem do pai e da mãe. Entre os pequenos que estão muito acima do peso, contudo, essa proporção aumenta para 55% a 60%. Isso significa que mais da metade do risco de ser obeso é determinado pela combinação de genética e ambiente familiar.

[...] Embora quando se fale em herança e transmissão de características seja irresistível associá-las à genética, o problema é muito menos dos genes e bem mais dos hábitos ruins. “A obesidade é multifatorial. Mães obesas tendem a gerar filhos que serão obesos, e há doenças genéticas que podem alterar o apetite”, reconhece a endocrinologista pediatra Fabiana de Lucas, membro da Sociedade Brasileira de Pediatria. “Mas isso é exceção.

Os hábitos têm um peso muito grande. A sociedade moderna trouxe muitas vantagens, mas também trouxe comida de caixinha, falta de tempo para cozinhar em casa, sedentarismo...”, enumera.

A culpa não é só do hambúrguer com batata frita ingerido eventualmente, depois do cinema. O problema, de acordo com um estudo da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, está nos hábitos familiares, repetidos no dia a dia [...] (Oliveiro, 2017, s.p.).

No discurso do excerto da reportagem, figuram-se efeitos de sentido que culpabilizam os pais por um eventual quadro de obesidade que seus filhos possam apresentar. A posição que enuncia na materialidade antes expressa toma como ponto de sustentação os efeitos de verdade que emergem de pesquisas científicas feitas em vários países sobre a relação entre o comportamento alimentar dos pais e a tendência à obesidade dos filhos. Esse caráter de verdade sustenta-se também na remissão aos dados estatísticos acerca da composição da massa corporal das crianças no cotejo com os hábitos e a genética da família. A referência a tais pesquisas elucidada a formação das modalidades enunciativas, pois demonstra os sujeitos que



Usar o açúcar como recompensa só atrapalha a boa relação que a criança tem com a comida. Se, sempre que ela fizer algo de bom, for "premiada" com um docinho, não vai demorar muito para achar que esse é o alimento que tem maior valor. O que não é verdade, certo? Então, pessoal, vamos buscar formas alternativas de recompensar as boas ações dos pequenos e MODERAR AO MÁXIMO o consumo de açúcar, combinado? 🍌

Figura 2. Postagem da página Meu Pratinho Saudável no Facebook.

Figure 2. Posting from the page Meu Pratinho Saudável on Facebook.

estão autorizados a falar sobre o tema (“endocrinologista”, “especialistas”), bem como os lugares institucionais de onde os sujeitos obtêm seus discursos (“Universidade da Carolina do Norte”, “Sociedade Brasileira de Pediatria”, “Organização Mundial da Saúde”). Considerando esses dados, a posição de sujeito não apenas informa ou faz um trabalho de divulgação científica, como aponta para uma orientação de determinados comportamentos e condutas na erradicação da obesidade. A superfície de emergência da prática jornalística ampara a construção da obesidade como um objeto de discurso a ser descrito, analisado e problematizado.

Assim, na articulação com as diversas vozes presentes na tessitura da reportagem, a posição enunciativa não se limita a discutir a questão apenas sob o enfoque da genética na composição da massa corporal das crianças, dado que reconhece também a influência dos hábitos familiares na produção da obesidade infantil. Esta é constituída como um objeto de discurso matizado pelo reflexo do comportamento alimentar dos adultos e, em menor proporção, pela herança genética. No enunciado em análise, especifica-se um dos fatores que demarca o funcionamento de uma rede de saber-poder responsável por fazer emergir os discursos sobre a obesidade infantil na ordem do dizível.

O escrutínio da obesidade nas crianças através do saber médico demonstra uma preocupação de feição biopolítica, pois, ao esquadrihar os diversos fatores que a ocasionam, ao descrever a dinâmica dos processos que a constituem e ao escavar os diversos níveis que a caracterizam, procura-se enxergar o problema com mais nitidez para, com isso, traçar estratégias de combate, com vistas a assegurar a saúde da população. O efeito de culpabilização dos pais ainda colabora para que haja uma mudança nos modos de agir dos adultos no tocante aos hábitos alimentares e à prevenção da obesidade, tendo em vista que, se na lógica contemporânea, o obeso carrega o estigma do fracassado, do preguiçoso e do relapso (Vigarelo, 2012), a tendência é que os pais não desejem que seus filhos sejam marginalizados ou sofram com problemas de saúde. Levando em conta o efeito “cascata” que assinala



Cuidar da alimentação da criança agora para depois não tem que reparar problemas como obesidade, diabetes, colesterol alto. Lembrando a recomendação máxima do Ministério da Saúde com relação a hábitos alimentos é: descascar mais e desembalar menos. Nossas crianças vão agradecer muito no futuro! ❤️

Figura 3. Postagem da página Meu Pratinho Saudável no Facebook.

Figure 3. Posting from the page Meu Pratinho Saudável on Facebook.

a ligação entre a obesidade dos pais e a iminente obesidade dos filhos, a reportagem sinaliza para a irrupção de estratégias de controle dos pais numa espécie de governo de si mesmo e dos filhos. Nas palavras de Seixas (2017, p. 71), “Uma busca e aposta em nos governarmos a nós mesmos, porém sabedores de que não há um governo de si sem uma relação direta com o governo dos outros”.

São essas microrrelações encetadas no âmbito da família que alicerçam as mais variadas formas de controle do biopoder. Nesse ponto, cabe frisar o modo como as biopolíticas investem sobre os corpos dos sujeitos e, no caso das discursividades acerca da obesidade, por motivos óbvios, esse investimento ocorre de forma mais intensa. Isso nos permite entrever que “o nosso corpo, sendo assim, há muito tempo deixou de nos pertencer, pois fomos possuídos por uma série de táticas e de estratégias capazes de governar, no sentido de dar direção ao que deveria ser singular e imanente ao sujeito” (Carvalho, 2017, p. 34). Como pudemos notar nos discursos até aqui analisados, os vários dizeres a respeito do corpo da criança obesa estão a serviço de estratégias de poder que determinam o modo como esse corpo pode ser moldado, manipulado e governado. Na última materialidade a ser analisada, os discursos abarcam relações de força intrínsecas a enunciados construídos em torno da alimentação infantil.

Os enunciados anteriormente dispostos foram retirados da página Meu Pratinho Saudável no Facebook. Trata-se de um projeto que tem como objetivo orientar os pais a elaborarem cardápios saudáveis para os filhos (de seis meses a doze anos), no intuito de combater os índices de obesidade entre as crianças. Na materialidade repetível das postagens, podemos flagrar o cuidado com a alimentação infantil como uma estratégia nuclear para o combate da obesidade nessa faixa etária. Na primeira postagem, a posição de sujeito parte de uma prática muito comum no cotidiano dos pais e dos filhos – o consumo de doces como uma forma de premiação (“o açúcar como recompensa”). Disseminada como uma atitude corrente, a atribuição de doces como um modo de agradar a criança é ressignificada na postagem como algo que deve ser evitado. Para tanto, a posição que enuncia sugere que se

procurem outras maneiras de compensar as crianças por algo benéfico que tenham feito, de maneira a amenizar o consumo de açúcar, concebido, pelo saber nutricional, como uma substância a ser consumida com temperança. Assim, num domínio de memória, os enunciados que discursivizam o consumo de doces por parte das crianças é reatualizado e inscrito no interior de práticas normalizadoras voltadas a reconstruir novos dizeres sobre uma relação bastante assentada na história e na cultura (Carmo *et al.*, 2006; Taddei *et al.*, 2016).

Em relação à segunda postagem, convém destacar que o efeito preditivo do combate à obesidade infantil, aliado ao discurso citado de uma campanha do Ministério da Saúde (“descascar mais e desembalar menos”), colabora para a constituição de um discurso que faz funcionar as táticas da biopolítica, porquanto a saúde das crianças insere-se como uma preocupação de cunho coletivo, de caráter populacional. A associação entre obesidade e doenças como diabetes e hipertensão situa esse objeto de discurso no interior de uma perspectiva preventiva. A prudência com a alimentação da criança constitui uma estratégia de controle dos corpos dessa parcela populacional, a fim de que não gere problemas futuros, tanto para o Estado – daí a referência ao consumo de alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras (“descascar mais”) em detrimento a produtos industrializados (“desembalar menos”) por parte do Ministério da Saúde – como para a sociedade como um todo – vide o efeito de conclamação que a postagem gera (“nossas crianças vão agradecer no futuro”).

Podemos pensar que esses dizeres relativos ao cuidado com a alimentação funcionam nas bordas de uma moral marcada pela temperança. Sobre essa questão, Foucault (1998), ao estudar tratados e manuais dos antigos, revela-nos que, entre os gregos, ergue-se uma dietética de regulação dos prazeres responsável por determinar quais os alimentos eram considerados (in)adequados para a prática sexual, levando em conta fatores como a qualidade dos nutrientes, o clima e as estações do ano, numa economia mais ou menos restrita do uso dos prazeres nas diversas acepções que esse termo comporta. O que gostaríamos de realçar, a partir dessa brevíssima referência às teorizações foucaultianas, é o modo pelo qual a alimentação adentra o campo de uma moral cuja principal faceta é a reflexão e a prudência. De modo análogo e resguardadas as incontornáveis discrepâncias do ponto de vista espaço-temporal, podemos relacionar os discursos de precaução no tocante à alimentação infantil com a dietética grega, na medida em que temos a emergência de uma moral em torno da prática alimentar. No caso dos discursos atuais, essa moral pauta a regulação do que se deve/pode ou não consumir, numa perspectiva que defende a moderação e a abstinência, tendo em vista as estratégias de controle dos corpos na perspectiva das biopolíticas.

Esses discursos são constituintes de uma verdadeira cruzada que se engendrou em torno da obesidade infantil. Concebida enquanto uma epidemia a ser extirpada, muitos são os esforços demandados para superá-la. Na base de tal empreendimento, repousam interesses que visam a prolongar a vida da população infantil, com vistas a criar condições favoráveis à produção de uma sociedade magra, atlética e saudável, dado que as crianças, ao mesmo tempo em que podem projetar uma população sob os moldes do biopoder, também se constituem em agentes transformadores dos hábitos alimentares de suas famílias. De acordo com o que podemos observar nas duas postagens analisadas, a alimentação das crianças deve ser regrada por meio de técnicas disciplinares as quais se ocupam de modificar os hábitos alimentares e incutir a ingestão de alimentos saudáveis como condição inalienável para a construção do bem-estar e a supressão do espectro da obesidade.

Diante do exposto, reiteramos que os discursos analisados funcionam como índices representativos da produção biopolítica contemporânea. Entendendo o biopoder como aquilo que “tomou posse da vida [...] que conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (Foucault, 2005, p. 302), pudemos observar que, na construção dos discursos a respeito da obesidade infantil, interpenetram-se o individual e o coletivo, bem como se aglutina o risco iminente da obesidade para a saúde com um porvir cujo bem-estar é compulsório. Nessa região de incertezas, tais discursos situam-se como palavra de ordem, como um aspecto peremptório para a gestão populacional e a efetivação das biopolíticas.

Notas finais

Nosso propósito neste texto consistiu em analisar dizeres que enunciam acerca obesidade infantil, com o intuito de investigar o funcionamento de estratégias biopolíticas as quais reiteram o enfrentamento da obesidade entre as crianças. Para efetivar esse intento, lançamos um olhar analítico sobre quatro materialidades que discursivizam essa questão. Ainda que tais materialidades estejam vinculadas a gêneros discursivos com estilos e formatos diversos, todas comungam de uma mesma finalidade: o combater a obesidade infantil a partir de uma variedade de posições de sujeito. Destacamos, por outro lado, que, em algumas das materialidades, esse efeito combativo exibe-se de modo mais prodigioso, a exemplo da campanha da Amil e das postagens da página Meu Pratinho Saudável no *Facebook*. Já na charge e na reportagem, as posições que enunciam partem de outras superfícies de emergência para designar a obesidade como um objeto de discurso, mas que, ao fim e ao cabo, apregoam o caráter indesejável

e nocivo do excesso de peso para as crianças e, portanto, acentuam a sua prevenção e/ou eliminação.

Outra constatação proveniente das análises refere-se à existência de estratégias de controle dos corpos infantis e da vida cotidiana das crianças. Assim, essas estratégias englobam a mudança de postura por parte dos pais quando os filhos relutam em consumir alimentos causadores da obesidade (campanha da Amil), as tecnologias disciplinares que incidem sobre o corpo da criança obesa (charge), a rede de saber-poder a qual culpabiliza os pais e a família pela obesidade infantil (reportagem) e a regulação da alimentação infantil numa pedagogia que prima pelo corpo magro e pelo apelo *fitness* (postagens da página Meu pratinho Saudável). O objetivo de tais estratégias consiste em otimizar a vida das crianças, no intuito de fazer funcionar a maquinaria biopolítica que escande, esquadrinha e recompõe o corpo populacional, de modo a geri-lo. Tendo em vista que as crianças parecem mimetizar toda uma simbologia de um futuro em construção, uma das regularidades dos discursos em torno da obesidade infantil reside notadamente no aspecto da prevenção através da adoção de medidas profiláticas que visam estancar o crescimento da obesidade hoje e na posteridade.

Vimos que os esforços biopolíticos demandados para a eliminação da obesidade entre a população infantil discursivizam-se a partir de diferentes agentes, tais como: as crianças – principal alvo dessa tecnologia de poder – as quais necessitam atentar para os perigos advindos de alimentos atrativos como doces e guloseimas, os pais – responsáveis pelo fracasso ou êxito dos filhos na relação com a comida e com a gordura, além da população do ponto de vista global, dado que esses discursos, amparados por toda uma rede de saber-poder, não apenas enunciam a respeito da criança obesa, como também dão pistas acerca dos modos pelos quais o sujeito contemporâneo se constitui na interface das técnicas e das estratégias do biopoder.

Nesse sentido, convém elucidar uma certa duplicidade de sentido presente no título deste escrito, pois o “além do peso” que encabeça estas reflexões pode ser tomado tanto num viés mais literal – “além do peso [ideal]” – encarado como o excesso de determinadas medidas, como numa perspectiva que evoca a amplitude das implicações oriundas do peso corporal. Noutros termos, não foi somente do peso *per se* que tratamos aqui, mas, sim, de uma série de modulações biopolíticas responsáveis pela condução das subjetividades contemporâneas, pela produção de um governo de si e dos outros e pelo desenvolvimento de uma política da vida entreposta no limiar calculável do corpo individual e da massa amorfa da população. Sobre isso, alerta-nos Foucault (2010b, p. 243): “[...] Talvez porque a política não é o que pretende ser – a expressão de uma vontade coletiva; ela só respira lá fundo onde essa vontade é múltipla, hesitante, confusa e obscura para si mesma”.

Referências

- AGAMBEN, G. 2002. *O homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 207 p.
- AMIL. 2016. Obesidade infantil não. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lxcsxDOYab4&t=46s>. Acesso em: 10/01/2018.
- CARVALHO, A.F. 2017. Creio na insurreição dos corpos: Foucault e um esboço de anarquologia dos vivos de outros governos. In: M. RAGO; S. GALLO (orgs.), *Michel Foucault e as insurreições: É inútil revoltar-se?* São Paulo, CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, p. 29-37.
- CARMO, M.B.; TORAL, N.; SILVA, M.V.; SLATER, B. 2006. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de ensino de Piracicaba. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, 9(1):121-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2006000100015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16/01/2018. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2006000100015>
- CASTRO, E. 2009. *Vocabulário de Foucault – Um percurso por seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte, Autêntica, 477 p.
- CAVALCANTE, G.M. 2007. *A visão da obesidade numa escola do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro RJ. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 120 p.
- CÉSAR, M.R.A.; DUARTE, A. 2009. Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do *fitness*. *Educação & Realidade*, maio/ago., 34(2):119-134. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8264>. Acesso em: 14/12/2017.
- COSTA, D.P. 2015. Blogs terapêuticos e discursos biopolíticos. In: K.M. SOUSA; H.P.P. PAIXÃO, *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo, Intermeios, p. 31-42.
- COURTINE, J.J. 2009. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, EDUFScar, 249 p.
- CUNHA, K.A.; MAGALHÃES, E.I.S.; LOUREIRO, L.M.R.; SANT’ANA, L.F.R.; RIBEIRO, A.Q.; NOVAES, J.F. 2015. Ingestão de cálcio, níveis séricos de vitamina D e obesidade infantil: existe associação? *Revista Paulista de Pediatria*, 33(2):222-229. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n2/pt_0103-0582-rpp-33-02-00222.pdf. Acesso em: 14/01/2018. <https://doi.org/10.1016/j.rpped.2015.03.001>
- DELEUZE, G. 2006. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. In: G. DELEUZE; *Conversações*. São Paulo, Editora 34, p. 219-226.
- DÍAZ, E. 2012. *A filosofia de Michel Foucault*. São Paulo, Editora Unesp, 227 p.
- DUARTE, A. 2008. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: M. RAGO; A. VEIGA-NETO (orgs.), *Figuras de Foucault*. 2ª ed., Belo Horizonte, Autêntica, p. 45-56.
- DUARTE, M. 2014. *Breve ensaio sobre o nascimento da biopolítica de Foucault*. São Paulo, Max Limonad, 160 p.
- FOUCAULT, M. 1998. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Graal Edições, 232 p.
- FOUCAULT, M. 1999. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 288 p.
- FOUCAULT, M. 2001. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo, Martins Fontes, 479 p. (Coleção trópicos).
- FOUCAULT, M. 2005. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 382 p.
- FOUCAULT, M. 2007. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª ed., São Paulo, Graal Edições, 152 p.
- FOUCAULT, M. 2008a. *Microfísica do poder*. 25ª ed., São Paulo, Graal Edições, 295 p.
- FOUCAULT, M. 2008b. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo, Martins Fontes, 474 p. (Coleção trópicos).
- FOUCAULT, M. 2008c. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 572 p. (Coleção trópicos).

- FOUCAULT, M. 2009. *A ordem do discurso*. 19ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 79 p.
- FOUCAULT, M. 2010a. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 236 p.
- FOUCAULT, M. 2010b. 1978: uma revolta a mãos nuas. In: M. FOUCAULT, *Repensar a política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 241-244. (Coleção Ditos e Escritos, v. VI).
- GADELHA, S. 2009. *Biopolítica, governamentalidade e educação – introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte, Autêntica, 240 p.
- GUAITA, N.R. 2009. *Apontamentos sobre uma pedagogia corporal: a obesidade e o novo higienismo na escola*. Curitiba, PR. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 97 p. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_guaita.pdf. Acesso em: 04/01/2018.
- HARDT, M.; NEGRI, H. 2002. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 230 p.
- MIRANDA, R.A.; NAVARRO, A.C. 2016. A obesidade infantil e o exercício agudo da natação e a resposta da sudorese para um desenvolvimento saudável. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, **10**(56):93-104. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/413/381>. Acesso em: 11/01/2018.
- MOSCOVISH, C. 2006. *Por que sou gorda, mamãe?* Rio de Janeiro, Record, 256 p.
- NAVARRO, P. 2012. Pode a imagem falar na análise do discurso político? In: M.R. GREGOLIN; J.M.M. KOGAWA (orgs.), *Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas*. Araraquara, FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo, Cultura Acadêmica, p. 121-148.
- OLIVEIRA, C.V.A. 2012. O discurso da responsabilidade social na estratégia comunicativa: valorização da marca institucional como diferencial corporativo. *Contemporânea*, **10**(1):178-189. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/1797/2325>. Acesso em: 08/01/2018.
- OLIVETO, P. 2017. Obesidade infantil pode surgir do mau exemplo dos pais para os filhos. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2017/03/13/noticias-saude,203309/obesidade-infantil-pode-surgir-do-mau-exemplo-dos-pais-para-os-filhos.shtml>. Acesso em: 07/01/2018.
- O PARANÁ. 2017. Brasil lança estratégias para conter a obesidade infantil até 2019. Disponível em: <https://www.oparana.com.br/noticia/brasil-lanca-estrategias-para-conter-avanco-da-obesidade-infantil-ate-2019>. Acesso em: 22/12/2017.
- PELBART, P.P. 2009. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo, Iluminuras, 252 p.
- REVEL, J. 2005. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, Claraluz, 96 p.
- SEIXAS, R.L.R. 2017. *Ethos crítico e governamentalidade em Michel Foucault*. *Dialectus*, **4**(11):69-87.
- SIBILIA, P. 2002. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 225 p.
- TADDEI, J.A.; LONGO, G.; TOLONI, M. 2016. A publicidade de alimentos dirigidos a crianças e a saúde das futuras gerações. In: I. FONTENELLE (org.), *Crianças e consumo: 10 anos de transformação*. São Paulo, Alana, p. 172-199.
- TERRA. 2017. Segundo dados, 7,3% das crianças menores de cinco anos encontram-se acima do peso no Brasil. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/segundo-dados-73-das-criancas-menores-de-cinco-anos-encontram-se-acima-do-peso-no-brasil,f657afca7e30b62960c12400b2ff900fn7mfn0nh.html>. Acesso em: 16/12/2017.
- VIGARELLO, G. 2012. *As metamorfoses do gordo: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX*. Petrópolis, Cortez, 346 p.
- YOSHINO, N.L. 2010. *A normatização do corpo “em excesso”*. Campinas, SP. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 377 p. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/313811/1/Yoshino_NairLumi_D.pdf. Acesso em: 06/01/2018.

Submetido: 12/02/2018
Aceito: 26/07/2018